

TURISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Marcelino de Souza e Ângela Luciane Klein

INTRODUÇÃO

Este capítulo está dividido em duas seções: primeiramente temos a discussão sobre o termo “desenvolvimento” e sua evolução durante as últimas décadas. Tratamos também de distinguir os termos “desenvolvimento agrícola” e “desenvolvimento rural” e mostrar como as abordagens de desenvolvimento foram se transformando ao longo do tempo até chegarmos à noção de desenvolvimento local. Além disso, apresentamos a síntese das dimensões, os modelos e as abordagens de desenvolvimento rural. Por fim, expomos as abordagens não dicotômicas do desenvolvimento rural. Enfim, nesta primeira seção fazemos uma recapitulação de noções que precedem a discussão do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local e rural.

A segunda seção apresenta a relação entre turismo rural e desenvolvimento local, procurando responder a uma questão: em que extensão o turismo rural tem contribuído para o desenvolvimento local e regional? Com base nas experiências europeias, são apresentados exemplos concretos. Para tal, o papel do turismo no desenvolvimento local é exposto sob duas perspectivas: a da valorização dos produtos agrícolas e a da viabilização de pequenas e médias empresas, artesanato e serviços.

Apesar de relatarmos que o turismo pode ser uma importante ferramenta de desenvolvimento local atuando nesses dois papéis, chamamos atenção para dois aspectos fundamentais: primeiro, o turismo rural atrai somente uma pequena proporção de turistas, apesar de seu mercado ser formado por turistas com médio e alto poder consumo e que estão querendo gastar dinheiro durante as suas férias. Segundo, o turismo rural não pode ser visto como uma panaceia para a solução de problemas envolvendo não apenas áreas rurais subdesenvolvidas econômica e socialmente mas também aquelas em processo de desertificação e abandono. Antes, ele deveria ser visto como mais um elemento, entre muitos outros, que pode ajudar a diversificar economias em processo de desenvolvimento integrado e sustentável de modo a não colocar em risco ou reduzir o potencial de desenvolvimento a longo prazo.

DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

Desde sua aparição nos anos 50, o conceito de desenvolvimento tem sido objeto de intenso debate, que ao longo do tempo adiciona novas dimensões e aplicações ao desenvolvimento, sendo atualmente um conceito multidimensional e pluridisciplinar.

Inicialmente, as abordagens de desenvolvimento não conseguiam ultrapassar a ideia de crescimento econômico dos países, ou seja, o desenvolvimento era identificado pelo aumento da produção global e da riqueza.

O conceito de desenvolvimento introduz uma visão mais normativa, já que lida com “juízos de valor” acerca das concepções desejáveis. O desenvolvimento não é, assim, mais do que uma das formas de mudança social e não pode ser compreendido de forma isolada. Nesse contexto, ao longo do texto apresentaremos brevemente algumas dessas abordagens sobre o desenvolvimento.

Abordagens exógenas: crescimento econômico, desenvolvimento agrícola e rural

Por muito tempo o modelo exógeno foi a abordagem dominante na literatura sobre a temática, concebendo o desenvolvimento do meio rural como resultado apenas do impulso exógeno, de natureza essencialmente econômica e tecnológica.

Nesse sentido, foram propostas estratégias de desenvolvimento (em especial, o desenvolvimento agrícola), mas não foi possível superar as barreiras que dificultam os processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria das rendas, das condições gerais de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais mais pobres do campo.

Por outro lado, evidencia-se que se estabeleceu uma confusão entre as noções de desenvolvimento agrícola e de desenvolvimento rural, de tal forma que este último se reduziu, quase que exclusivamente, ao fomento das atividades agrícolas e da própria agricultura, esquecendo-se que o espaço rural constitui um conjunto mais amplo de atividades que envolvem as áreas industriais, comerciais, artesanais e de serviços, entre outras.

Os esforços de desenvolvimento agrícola dos anos 50 destacavam tanto a transferência de tecnologia agrícola como a promoção do modelo norte-americano de extensão agrícola. Esses esforços tiveram como fundamento o que Hayami e Ruttan (1988, p. 59) denominaram *modelo de difusão* do desenvolvimento agrícola.

De forma semelhante ao modelo de difusão de inovações, a tentativa do chamado *desenvolvimento comunitário*, nos anos 50 e final dos anos 60, tinha por hipótese a crença de que os agricultores eram pessoas com baixo poder de decisão e necessitavam ajuda externa para implementar projetos de desenvolvimento. Também supunha que ele poderia ser atingido através da transferência de tecnologias agrícolas.

Logo se notaram as dificuldades e as falhas dos numerosos programas de extensão agrícola, bem como dos projetos de desenvolvimento comunitário, em alcançarem o objetivo de aumentar rapidamente a produção agrícola e resolver o problema básico de alimentação de muitos países. Foram detectados, mediante avaliação, dois problemas básicos: primeiramente, que em diversos países estudados existiam barreiras estruturais importantes que impediam o

desenvolvimento rural, tais como a concentração da renda, da terra e do poder. O segundo elemento importante foi a constatação de que pequenos agricultores e consumidores dos países subdesenvolvidos tinham interesse, sim, em inovar, colocando fim na ideia predominante de que “os agricultores estão ligados à tradição”.

Assim, a causa da pobreza dos agricultores no campo é atribuída tanto à falta de novas tecnologias disponíveis e adequadas aos agricultores dos países subdesenvolvidos, quanto à ausência de investimentos em “capital humano” para poder criar, adaptar e utilizar essas novas tecnologias. Um elemento que se tornou crucial na determinação da intensidade com que os agricultores seriam capazes de absorver as inovações tecnológicas foi a capacidade deles de processarem e utilizarem as informações, permitindo fazer adaptações frente aos riscos e incertezas proporcionados pelo uso dos novos “fatores de produção” disponíveis no mercado.

Dessa forma, o investimento na capacitação do homem rural, através da expansão das oportunidades educacionais e vulgarização de informações, assume papel de destaque. Essa importância da educação como investimento foi fortemente respaldada pela *teoria do capital humano* (SCHULTZ, 1973). Assim, a teoria do capital humano e o modelo de insumos de altos resultados substituíram o modelo de desenvolvimento comunitário como o modelo de desenvolvimento agrícola dominante.

No entanto, no início e em meados dos anos 70, vários autores argumentavam que:

com frequência as novas variedades beneficiavam principalmente aos abastados e grandes agricultores em áreas ecologicamente favorecidas, enquanto que muitas vezes empobreciam os pequenos agricultores e arrendatários de terras, em especial aqueles das zonas montanhosas, ao provocar os baixos preços dos grãos e o desalojo de terras quando os fazendeiros viram que resultava mais proveitoso que eles sementeassem as terras através de meios mecânicos. (EICHER; STAATZ, 1991, p. 18).

Esses e outros fatos, entre eles o crescimento da pobreza no meio rural e os impactos sobre o meio ambiente, viriam a proporcionar modificações no enfoque de desenvolvimento a partir dos anos 70. Assim, torna-se cada vez

mais evidente a distinção feita entre *crescimento econômico* e *desenvolvimento*, uma vez que muitos países apresentavam taxas importantes de crescimento e simultaneamente verificava-se um grande aumento dos problemas sociais.

Tais constatações refletiram com tanto impacto no meio acadêmico que provocaram uma rotação na teoria conservadora da modernização em direção ao denominado enfoque do *Estado de Bem-Estar*. Nessa concepção, se daria menos importância à questão do crescimento e muito mais às questões referentes às desigualdades, à satisfação das necessidades básicas e à geração de emprego, produzindo uma mudança na dimensão da *economia do desenvolvimento*, bem como nos objetivos e nos indicadores deste. No que diz respeito às mudanças na dimensão, a economia do desenvolvimento converte-se em uma área *multi-disciplinar* e, quanto aos objetivos, não se preocupa somente com o aumento do PIB, mas confere uma relevância maior à questão da distribuição de renda. Em resumo, emergia nos anos 70 a tese do *crescimento com equidade*, porém, sem a capacidade de elaboração de um corpo teórico com uma visão global, de longo prazo e que fosse aceito de forma comum.

Essa mudança de enfoque da economia do desenvolvimento no início dos anos 70 fez com que a agricultura tivesse um papel de maior destaque nos programas de desenvolvimento, principalmente frente à pobreza e a baixa produtividade agrícola nos países subdesenvolvidos.

Reconhecer que a agricultura tem esse papel demandou um entendimento muito mais minucioso das economias rurais do que aquele que o simples modelo de dois setores havia fornecido. Assim, no final da década de 60 e início dos anos 70, realizou-se uma pesquisa detalhada sobre a produção e comercialização de produtos agrícolas, mecanismos de decisão dos agricultores e emprego rural não agrícola, estabelecendo-se a complexidade dos sistemas agrícolas.

Ao longo das décadas de 60 e 70, os economistas também fizeram um grande esforço em pesquisar cada vez mais os fatores que influenciavam as decisões dos agricultores relacionadas à adoção de novas variedades de cultivos e novas práticas agrícolas. Esse trabalho teve como efeito o desenvolvimento da *Investigação sobre Sistemas Agrícolas*.

Paralelamente, os anos 70 foram marcados pelo debate crítico, tanto por parte dos economistas radicais, quanto pelos clássicos e neoclássicos acerca do desenvolvimento econômico dos anos 50 e 60. Esse debate uniu-se às reações

dos efeitos desastrosos da “revolução verde” e dos programas orientados ao crescimento agrícola, levando economistas, políticos de países subdesenvolvidos e grandes agências de ajuda internacional a darem prioridade aos problemas relativos ao emprego, renda e necessidades básicas. O novo enfoque seria um *enfoque integrado* para uma *mudança planificada*. Surgiria, assim, o desenvolvimento rural como modelo de desenvolvimento e disciplina acadêmica.

Essa mudança de enfoque no desenvolvimento econômico tinha como consequência um papel mais destacado para a agricultura nos programas de desenvolvimento. Delgado (1994, p. 29) enfatiza que:

o enfoque do Desenvolvimento Rural Integrado (DRI) se apoia em uma relação estreita entre as condições técnicas e econômicas da produção (nível de projetos), a política econômica (planificação macroeconômica), as estruturas de poder e valores sociológicos e o marco administrativo e institucional.

Tal estratégia teve seu apogeu e sua decadência nos anos 90. Em meados dessa década, surge outro enfoque, denominado *necessidades básicas*, promovido por Paul Streeten e outros economistas do Banco Mundial e popularizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse enfoque insiste em que os projetos de desenvolvimento priorizem em seus objetivos o aumento do nível de bem-estar dos pobres diretamente por meio de projetos de melhoria da nutrição, da educação, da moradia e da saúde, e não do aumento das taxas de crescimento.

Uma das lições mais importantes deixadas nas décadas de 60 e 70 é a de que o desenvolvimento rural necessita de instituições locais fortes, de indivíduos capacitados e do reconhecimento de que é preciso transcender os enfoques atuais, buscando um caráter interdisciplinar para a solução dos problemas. Já, no início da década de 80, verifica-se um renascimento da necessidade de se priorizar o *crescimento* e a sequência dos diferentes tipos de atividades de desenvolvimento, reconhecendo-se a impossibilidade de se obter um padrão de vida decente aos pobres do campo quando simplesmente se procede à distribuição dos bens disponíveis.

No final dos anos 70 e começo dos anos 80, ressurgiu o questionamento das bases teóricas do desenvolvimento tal como havia sido concebido desde a Segunda Guerra Mundial. A proposta de uma *Nova Revolução Verde* contempla um papel mais decisivo para os governos no financiamento e na realização de infraestrutura rural, da investigação agrária e do fornecimento dos meios de produção e de educação, em contraposição à estratégia da primeira *Revolução Verde*, que considerava o mercado como único mecanismo para as mudanças socioeconômicas.

Dessa forma, realizou-se um conjunto de intervenções externas, que se centralizaram nas agências estatais, as quais procuravam introduzir novos modelos para a produção agrícola, novas ligações entre as explorações agrícolas, mercado e agências de mercado, além de inovações tecnológicas – substituição dos saberes, conhecimentos e técnicas “tradicionais” existentes –, formas renovadas de socialização, treinamento técnico e econômico e novos modelos de papéis e identidades para os agricultores e suas esposas. Esses programas de intervenção externa caracterizavam-se, então, por um enfoque do tipo *top down*, nos quais as comunidades rurais não eram efetivamente protagonistas. Assim, o meio rural prosseguiu mostrando suas disparidades no nível de desenvolvimento, sua sociedade desarticulada, como consequência do êxodo agrícola e rural, mas também apresentando uma importante diversificação da situação socioeconômica.

As potencialidades de desenvolvimento do espaço rural estavam estreitamente vinculadas e condicionadas pela introdução de fatores externos. As transformações, visando a obter a elevação das condições de vida, apoiavam-se no desenvolvimento de infraestrutura física e financiamentos de uma parte das empresas presentes nesse espaço. Muitas dessas melhorias estruturais eram compatíveis somente com projetos de grande escala, marginalizando um grupo importante de residentes rurais que não podiam incorporá-las.

Nesse contexto, o desenvolvimento agrícola era sinônimo de desenvolvimento rural. De um lado, com o advento de profundas transformações na economia mundial, principalmente na década de 80, e com o aparecimento dos tempos de crise, torna-se mais importante privilegiar o plano local em relação ao nacional. Desse modo, o local se apropria, de alguma forma, do processo de

desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática global. Ou seja: torna-se uma prática eficaz ou uma reação a essa crise. Em consequência, uma variedade de soluções locais aponta para processos de negociação e o “desenvolvimento local” passa crescentemente a constituir um processo de construção social.

A insatisfação com os modelos anteriores conduziu ao aparecimento de abordagens complementares ou mesmo alternativas, entre elas o paradigma territorial como oposto ao paradigma funcionalista que havia predominado até então. As abordagens endógenas do desenvolvimento são muito diversificadas e não constituem um modelo teórico único.

Segundo Veiga (2005), as abordagens de desenvolvimento endógeno podem ser identificadas em quatro correntes principais: distritos industriais; desenvolvimento e planejamento regional; terceiro setor; e desenvolvimento sustentável.

A primeira abordagem, dos distritos industriais, surgiu a partir da constatação empírica de que certos locais ou regiões, anteriormente esquecidas, tinham conseguido resistir ou adaptar-se melhor à crise e às mudanças dos anos 70. A partir dessa constatação, se estabeleceram três condições para o desenvolvimento local: a inovação, a capacidade de adaptação e a capacidade de regulação local.

A segunda abordagem se origina internamente nas próprias teorias e políticas de desenvolvimento e planejamento regional. Uma linha divisória separa duas posições principais: a primeira está centrada na análise das causas estruturais da pobreza e marginalização de certas áreas e grupos sociais; a segunda é claramente mais moderada em suas críticas e em suas propostas de políticas.

A terceira abordagem é um reflexo também das contradições encontradas entre posições mais radicais e outras mais pragmáticas na própria execução dos programas e projetos de desenvolvimento.

A quarta abordagem, o desenvolvimento sustentável, tem origem no debate sobre a sustentabilidade, desenvolvimento rural sustentável e agricultura sustentável. O conceito de sustentabilidade, ainda que se mantenha muito vago, deseja estabelecer uma relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Também pretende tomar em conta a viabilidade dos espaços sociais rurais. O conceito de sustentabilidade primeiro tornou necessária a introdu-

ção de questões ambientais na elaboração de políticas econômicas e, segundo, incorporou a questão das prioridades sociais de desenvolvimento econômico.

O Quadro 3 resume as principais diferenças entre o modelo de desenvolvimento exógeno e as abordagens endógenas.

Quadro 3 - Dimensões, modelos e abordagens de desenvolvimento rural

Dimensões	Modelos de desenvolvimento rural exógeno	Abordagens de desenvolvimento rural endógenas
Princípio-chave	Economias de escala e de concentração.	Recursos específicos de uma área: humanos; naturais e culturais.
Força dinâmica	Polos de crescimento urbano. As principais forças de desenvolvimento concebidas como exteriores às áreas rurais.	Iniciativa local e empresa.
Sentido da dinâmica	A partir de cima (<i>top-down</i>). Paradigma funcionalista.	A partir de baixo (<i>bottom-up</i>). Paradigma territorialista.
Funções das áreas rurais	Alimentos e outras produções primárias para expandir a economia urbana.	Economia de serviços diversos.
Problemas de desenvolvimento rural	Produtividade e acessibilidades baixas.	Capacidade limitada de áreas e grupos sociais para participar na atividade econômica e no desenvolvimento.
Alvos do desenvolvimento rural	Industrialização da agricultura e especialização. Encorajamento da mobilidade do trabalho e do capital.	Construção de capacidade (formação profissional; instituições e infraestruturas). Ultrapassar a exclusão social.
Relações com o ambiente	Crescimento econômico em primeiro lugar.	Sustentabilidade. Consequências distributivas do desenvolvimento.

Fonte: Veiga (2005, p. 83) adaptado de Lowe e outros (1988, p. 8-12).

As abordagens não dicotômicas de desenvolvimento

Segundo Veiga (2005), a distinção entre exógeno e endógeno apresenta uma falsa dicotomia. A interação entre as forças locais e externas no controle do processo de desenvolvimento se torna uma questão basilar. A noção de lugar ou território constitui o ponto de encontro das interações sociais de vários níveis e escalas espaciais.

Assim, é possível reunir as duas dimensões, endógena (territorial) e exógena (funcional), na interação entre relações sociais e espaciais. A contribuição do conceito de sustentabilidade é a de romper a dicotomia social/natural.

Em síntese, as aproximações teóricas sobre o conceito, modelos e práticas de desenvolvimento evoluem para visões mais integradas, multidimensionais e pluridisciplinares que contestam as visões dicotômicas que caracterizavam o debate inicial. No Quadro 4 são sintetizadas algumas das principais questões alternativas e/ou comuns aos modelos anteriores.

Quadro 4 - Abordagens não dicotômicas do desenvolvimento rural

Dimensões	Abordagem não dicotômica do desenvolvimento
Princípio-chave	Recursos específicos e qualidade com o exterior.
Força dinâmica	Interação entre forças locais e não locais no controle dos processos de desenvolvimento. Controle social.
Sentido da dinâmica	Ambos os sentidos. Peso do sentido a partir de baixo (<i>bottom-up</i>).
Funções das áreas rurais	Produção de bens e economia de serviços de qualidade.
Problemas de desenvolvimento rural	Fraqueza associativa, organizativa e institucional. Capacidade limitada de áreas e grupos sociais.
Alvos do desenvolvimento rural	Construção de capacidade. Construção de redes alternativas. Aprofundar a democracia e ultrapassar a exclusão social.
Relações com o ambiente	Sustentabilidade. Consequências distributivas do crescimento.

Fonte: Veiga (2005, p. 86).

Segundo Veiga (2005), o desenvolvimento rural, sob uma abordagem não dicotômica, possibilita a avaliação e valorização do processo de mudança social, político, econômico e cultural, num determinado espaço e tempo e numa dinâmica processual.

O TURISMO RURAL E SEUS PAPÉIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

A atividade de turismo rural, conforme destacou Cavaco (1995, p. 396) com base em suas investigações sobre as experiências e intervenções nas áreas rurais europeias, apresenta dois papéis no contexto do desenvolvimento local ou de uma abordagem não dicotômica de desenvolvimento. O primeiro se refere ao papel do turismo rural como uma atividade capaz de promover a valorização dos produtos agrícolas; e o segundo diz respeito à viabilização de pequenas e médias empresas, e à promoção de artesanato e serviços.

O turismo rural e a valorização dos produtos agrícolas

A busca de diversificação da atividade agrícola que seja capaz de gerar novos rendimentos e mais-valias leva à introdução de novas culturas, novas criações e novos sistemas de produção ou, simplesmente, à revitalização de elementos e técnicas dos sistemas tradicionais. Nesse contexto, são introduzidas: variedades de cereais menos comuns, hortaliças, cogumelos, frutos frescos e secos, plantas condimentares, aromáticas, medicinais e têxteis; raças autóctones, produtoras de carnes e laticínios de qualidade; raças de desporto; sistemas pastoris muito extensivos; repovoamento florestal com espécies locais e de produção de madeira de qualidade; agricultura biológica, sem recurso a adubos químicos e pesticidas; e experimentações vinícolas, entre outros aspectos (CAVACO, 1995).

Além disso, muitas ações são dirigidas à normalização, certificação da qualidade e transformação das mais diversas colheitas (individual, associativa e cooperativa), tais como: produção de biscoitos e massas; conservas de azeitonas,

¹ Esta seção e as duas outras que seguem estão inteiramente baseadas no trabalho de Cavaco (1995).

picles, frutas, sumos, compotas, doçaria, licores e anises, iogurtes, queijos e manteiga; pratos pré-cozidos; presuntos, enchidos e carnes defumadas; azeite, vinho e aguardente; preparação das ofertas de chá, lavanda; extração de corantes e essências para a cosmética e a farmacologia; produção de energia; artesanato turístico de objetos de pele.

A valorização econômica das produções passa pela sua comercialização em termos eficazes, motivando outras ações de articulação e sustentação. Assim, criam-se associações e cooperativas para concentração da oferta, homogeneização mínima e garantia de qualidade; concebem-se marcas e embalagens; criam-se mercados e feiras, bem como redes comerciais de produtos.

São comuns também as ações conjuntas para promoções e *marketing*, entre as quais se destacam: participação em feiras de turismo nacionais e internacionais; criação de mostras permanentes com venda de produtos e serviços; estudos de mercado (internos e externos) e serviços informatizados acerca dos mesmos; organização de circuitos de distribuição e venda direta (restaurantes; consumidores privados); promoção do consumo no local; organização de sistemas de vendas à distância; melhoramentos nos mercados (instalações, acessos) e sua dinamização, bem como integração agroindustrial.

O turismo traz à região uma clientela potencial, apreciadora da qualidade e especificidade, ávida de conhecimento das mesmas, que compra e consome, que pode e aceita pagar a diferença, que visita feiras e mercados, identifica produtos e marcas. Pesquisas mostram que o turista, depois que volta ao seu local de residência, fica mais predisposto a consumir os produtos experimentados durante sua vivência turística, aumentando assim a procura desses itens em outras épocas e em outras localidades. Da mesma forma, o turista, se satisfeito com sua experiência, passa a promover e divulgar de forma gratuita e eficaz os produtos junto a familiares, amigos e até mesmo em restaurantes ou nos supermercados que frequenta.

A viabilização de pequenas e médias empresas, artesanato e serviços

A busca de dinamização e diversificação da atividade econômica local levou também ao reforço do setor secundário independente da produção alimentar, bem como ao desenvolvimento de serviços, designadamente serviços de

proximidade. A afirmação dos serviços, mesmo com exceção daqueles ligados à recreação e ao turismo, corresponde a tendências das sociedades modernas.

Por um lado, multiplicaram-se os serviços de assistência técnica e até laboratorial, de informação, consultoria e inovação, de telecomunicações e de apoio a empresas e comunidades nos campos administrativo, jurídico e econômico, comercial, de promoção e *marketing*, financeiro, fiscais, de ensino e formação qualificada, de gestão, de defesa e preservação do meio ambiente, de controle da poluição, de conservação da paisagem e do patrimônio. Por outro, afirmam-se os serviços de apoio às populações e em particular os serviços sociais, acompanhando os processos de melhoria do bem-estar e das condições e quadro de vida, igualmente básicas para a manutenção das populações e do povoamento.

É vasta a gama de ações referentes às pequenas e médias empresas e ao artesanato. Por exemplo, a criação de zonas industriais e artesanais para atrair pequenas e médias empresas (PME), de parques polivalentes com vocação de incubadora de empresas, de mostras e exposições itinerantes, de logotipos regionais, de centros de transmissão dos saberes-fazer tradicionais (aprendizagem dos gestos manuais e atualização pela concepção e criação de produtos novos), ações de inovação tecnológica e revalorização de recursos endógenos (pedreiras, cerâmica, engarrafamento de água mineral e mineromedicinal, equipamentos de queijarias, adegas, lagares, e de secadores). Além disso, há a preservação de ofícios tradicionais, como, por exemplo, a fabricação de chocalhos para ovinos, caprinos, bem como para turistas; reparação naval (pesca e recreio) e construção civil.

Em alguns casos, perpetuam-se as produções artesanais, mantendo a sua utilidade. Em muitos outros casos, são-lhes dadas funções decorativas, como sucede comumente com a tecelagem, as malhas, a cerâmica, os objetos de pele e couro, cana, madeira, cobre, bronze, ferro ou mesmo pedra e gesso. Nuns casos, mantêm-se as velhas técnicas, enquanto noutros casos introduzem-se novas tecnologias, incluindo o recurso à informática e a automatizações.

Assim, o turismo rural pode contribuir de modo significativo para o êxito de muitas dessas atividades ao garantir a clientela compradora e consumidora na região de produção, com apetência aquisitiva, capacidade de valorização da qualidade, intrínseca, tradicional e nova, e através da sua rede de conhecimentos, assegurando promoção e *marketing* eficazes.

Os turistas pedem alojamento, alimentação e outros serviços, garantindo procuras dinamizadoras de atividades bem diversas, do corte de pedra à criação e conservação dos espaços de lazer e recreação. Suas demandas durante a permanência no local visitado viabilizam comércios e serviços que de outra forma não disporeiam de clientela mínima e volume de negócios justificativos para sua existência. Ao contribuírem para a melhoria do quadro, das condições de vida e da renovação de infraestruturas e equipamentos, os turistas também possibilitam a atração de iniciativas diversas, geradoras de emprego e de rendimentos, que animam a economia e sociedades locais. Desse modo, a demanda dos turistas e a dos residentes complementam-se na viabilização de pequenas e médias empresas que ofertam serviços e produtos diversos.

Visto que o turismo em áreas rurais é espacialmente disperso e envolve fluxos pouco numerosos, os seus efeitos serão logicamente discretos e difusos, incidindo mais em alguns setores do que em outros. Os serviços de alimentação e a comercialização de combustível, produtos artesanais, *souvenirs*, bibliografia referente à região (histórica, geográfica, econômica, etnográfica), mapas, postais ilustrados ou simplesmente material fotográfico e de vídeo são áreas de maior sensibilidade e mais impactadas pela demanda turística.

Finalizando, apesar de o turismo no espaço rural ser considerado uma forma de turismo alternativo, seus benefícios econômicos passam pela lógica do consumo. Para que se tenha a dinamização da economia local, é preciso que os turistas estejam propensos a gastar. Entretanto, o consumo, nesse tipo de turismo está intimamente ligado à percepção de valor dos produtos. Os turistas que buscam o rural privilegiam os aspectos culturais, ecológicos, naturais e artesanais dos produtos e serviços que nesse contexto são percebidos como autênticos. Desse modo, os serviços e produtos oferecidos ao turista devem estar alinhados com essas expectativas.

Sendo assim, o turismo insere-se nas estratégias de desenvolvimento socioeconômico dos espaços rurais, tanto pela afirmação de uma imagem atrativa, como pela viabilização de infraestruturas e equipamentos, como ainda pelos estímulos, diretos e indiretos, a muitas atividades, da construção civil à gastronomia, gerando empregos e rendimentos, que por sua vez sustentam novas demandas e clientelas.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: *As regiões de fronteira: inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Comum Europeu*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1995. p. 351-401. (Estudos para o desenvolvimento regional e urbano, 43).

DELGADO, Felisa Ceña. Planteamientos económicos del desarrollo rural: perspectiva histórica. *Revista de estudios agro-sociales*, n. 169, p. 11-51, jul./sept. 1994.

EICHER, Carl K.; STAATZ, John M. *Desarrollo agrícola en el tercer mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 596 p.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon W. *Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais*. EMBRAPA: Brasília, 1988. 583 p.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250 p.

VEIGA, José Francisco Ferragolo da. *Território e desenvolvimento local*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2005. (Coleção Agricultura, Território e Sociedade).